

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2020

Aos 11 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte pelas nove horas e trinta e seis minutos no grande auditório do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 4ª sessão ordinária. Dirigiu os trabalhos o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Mesa, secretariado pelos senhores deputados municipais: Carla Alexandra Cardoso Monteiro e Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois das habituais saudações, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

– **Grupo Municipal do Partido Socialista:**

Ana Maria Sousa de Lima Borges • António Toledo Alves • Artur da Câmara Machado • Carla Alexandra Cardoso Monteiro • Carlos Jorge Belerique Ormonde • Carlos Manuel Pereira Martins • Davide Gabriel Cabral dos Reis • Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos • Hélio Manuel Melo Vieira • Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço • Isabel Maria Diniz Berbereia • João Luís Sanchez dos Santos • João Manuel Teixeira Salvador • Lígia Maria Couto Fagundes Gonçalves • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba • Paulo Jorge Pimentel da Silva • Ricardo Manuel Rodrigues de Barros • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Rui Manuel Pacheco Lopes • Salvador da Rocha Lopes • Valdeci Purim.

– **Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:**

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

– **Grupo Municipal do Partido Social Democrata:**

Agostinho Guilherme Aguiar Pires • Cesário Alberto Ferreira Pamplona • Délio Francisco Freitas Ormonde Borges • Filipe Jorge da Silva Almeida • Francisco Manuel Leonardo dos Santos • Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte • Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa • Luís Manuel Mendes Leal • Mário José Martins Cardoso • Rómulo de Ficher Correia • Sandra Maria de Sousa Garcia • Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

– **Grupo Municipal do CDS-PP:**

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha.

– **Câmara Municipal:**

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra • Guido de Luna da Silva Teles • José Gaspar Rosa de Lima • Marcos Duarte Machado do Couto • Paulo Alexandre Silva Lima.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão anterior do dia 29 de junho de 2020 foi aprovada por maioria com uma abstenção.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente e colocou-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:

- Da Assembleia Legislativa Regional, um Voto de Congratulação pelo 25º aniversário dos grupos de ação local da iniciativa comunitária LEADER respeitante à formação e funcionamento das ações de desenvolvimento local dos Açores.
- Da Fundação INATEL, um comunicado dando conta da realização de uma campanha de angariação de material escolar INATEL no âmbito de um conjunto de campanhas nacionais desenvolvidas com objetivos sociais a decorrer em todo o país entre 27 de agosto e 18 de setembro.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se verificaram intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Délio Borges – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados, senhores jornalistas e público aqui presente.

Passaram praticamente seis meses após uma pandemia que tem afetado a sociedade a nível mundial. A questão da saúde pública deve ser discutida noutros fóruns e aqui cabe-nos demonstrar a nossa preocupação relativamente aos impactos negativos na vida das pessoas e ao nível económico.

As estatísticas dizem-nos que a atividade económica e o consumo privado estão a diminuir. É verdade que os números do desemprego continuam estáveis mas aproxima-se um inverno que está já presente em muitas empresas, com especial destaque para o pequeno comércio e a restauração. O nosso frágil tecido empresarial é composto por microempresas que se deparam com grandes dificuldades para pagarem as contas e assumirem os seus compromissos. Recordo que tivemos recentemente uma parceria com a Câmara do Comércio, o «Consuma Açores», projeto que acabou. Gostaria de saber o que a Câmara Municipal de Angra tenciona fazer a curto prazo, por iniciativa própria e em colaboração com a Câmara do Comércio ou outras entidades para ajudar o nosso comércio e a restauração. Não faz sentido esperar pela campanha do Natal porque poderá ser tarde. Temos que agir já.

Sr. presidente da Câmara – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhoras e senhores deputados. Antes de mais, quero lembrar o que aconteceu na sequência do ato a que assistimos referente à entrega daquela medalha. Trata-se de uma distinção concedida por esta Assembleia Municipal referente ao ano 2019 em que o agraciado não pôde cá vir e tinha pedido que a entrega fosse feita na cerimónia deste ano, que acabou por não ter a configuração que se esperava devido à pandemia, nem ele conseguiu cá chegar no dia 21 de agosto. Trata-se de um anorense que está emigrado na Califórnia onde tem desenvolvido uma ação meritória na manutenção da língua portuguesa em particular no apoio às instituições que lá ensinam o português e mantêm um conjunto de tradições com raízes no nosso concelho.

Gostaria de dizer ao senhor deputado Délio Borges que também partilhamos das suas preocupações respeitantes ao comércio. Temos mantido um contacto estreito com a Câmara do Comércio e estão a ser preparadas outras iniciativas visando a retoma da atividade normal depois do verão que, afinal, não foi tão mau como esperávamos. Passou por cá muita gente de fora, especialmente de outras ilhas, e a atividade económica durante o mês de agosto e até agora tem-se mantido num nível relativamente melhor do que se antecipava. Quando o verão terminar, vai diminuir o fluxo de outros açorianos que têm passado por aqui e serão necessárias

outras medidas, que estão já preparadas, mas vamos aguardar pela data certa de acordo com a pertinência. Mantemos toda a disponibilidade para, em conjunto com a Câmara do Comércio, tomarmos as iniciativas que se revelarem necessárias em cada momento.

No que respeita ao Natal, que é sempre um período importante no ciclo comercial, resolvemos manter as iluminações e a animação da cidade. A não ser que aconteça algo que mude o percurso das coisas, este ano não será possível termos as barraquinhas nem aquele comércio que atrai pessoas à cidade, mas tentaremos apresentar um conjunto de outras iniciativas. É um grande desafio para os comerciantes e para o município, mas tentaremos dar ao período do Natal toda a normalidade possível sem criar ajuntamentos.

Do ponto de vista das contas da Câmara e do funcionamento da economia, por ora a situação já é sensível mas o impacto máximo provavelmente acontecerá até à próxima primavera, a não ser que as circunstâncias se alterem. Temos que nos preparar para esse período difícil e guardar as munições financeiras necessárias para podermos enfrentar o que por aí aparecer. Da parte da Câmara há um acompanhamento permanente da evolução da situação económica do concelho e toda a disponibilidade para as intervenções que venham a ser necessárias.

Sra. d. m. Brites Cunha – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Estou certa que todos partilhamos das preocupações apresentadas pelo senhor deputado Délio Borges e tenho outras ainda mais imediatas a respeito da Covid-19.

Visto que o presidente da Câmara detém competências em sede de proteção civil local e sabendo que as aulas começam na próxima terça-feira, pergunto que recomendações o senhor fez, se foi ouvido sobre essa matéria e como as coisas estão organizadas nas escolas do município. Como o presidente da Câmara de Cascais determinou que, além dos testes efetuados aos professores e auxiliares, fossem também testados alunos de certas idades, gostaria de saber o que está previsto acerca dos alunos que terão que esperar pelo segundo teste ao sexto dia para poderem iniciar as aulas.

Como estamos no final da época balnear, pergunto ao senhor presidente o que foi feito por parte da Câmara Municipal em termos de fiscalização daqueles espaços visto que, em muitos casos, se constatou uma clara violação das normas de distanciamento social.

Sr. presidente da Câmara – Pois, também partilhamos todas as preocupações com a abertura do ano letivo. Ontem tive a oportunidade de promover uma reunião sobre esta matéria e de aprontar o material e o pessoal para alguma necessidade. Lembro que as autarquias das regiões autónomas não têm competências no âmbito do funcionamento das escolas, uma matéria que cabe ao Governo Regional, ao contrário do que acontece no continente onde a Associação Nacional de Municípios elaborou um documento que foi também por nós analisado para nos servir de indicação do que fazer. É um trabalho complexo e bem fundamentado sobre a abertura do ano escolar e as medidas a tomar nas escolas. Na região foi elaborado um documento semelhante pela Direção Regional da Educação que aqui exerce as mesmas funções que as autarquias no continente. O nosso papel nessa matéria é um pouco supletivo mas estamos coordenados com o Exército e prontos para intervir, caso seja preciso proceder a qualquer desinfeção de um momento para o outro.

Há uma equipa devidamente preparada com equipamentos adequados e temos em *stock* algumas dezenas de milhar de máscaras para utilizar quando necessário. A testagem é uma competência da Autoridade Regional de Saúde e da Direção Regional da Educação. Essas entidades tomarão as decisões que considerarem corretas na altura que entenderem e da parte do município estamos prontos para, dentro de meia hora, nos deslocarmos a qualquer escola do concelho em que seja necessária qualquer limpeza, desinfeção ou outra ação que caiba nas nossas competências.

Aproveitámos esta paragem mais prolongada para uma manutenção mais profunda e a resolução de algumas questões em praticamente todas as escolas, ficando apenas uma por acabar, que foi a pintura exterior da escola da Ribeirinha. Isto deveu-se a um atraso por parte do empreiteiro que pretendia terminar o serviço esta semana, mas resolveu-se interromper a obra para não interferir com o trabalho interno da escola. A pintura foi adiada para as férias do Natal ou da Páscoa para garantir que não há qualquer trabalhador de nenhuma empresa perto das escolas. Aquilo que era costume fazer-se, pintando a escola com os alunos lá dentro, este ano não será feito, o que não acarreta nada de grave porque uns borrões na parede exterior não criarão qualquer problema lá dentro.

Temos as escolas todas preparadas e esperamos um ano letivo dentro da normalidade que a atual situação permitir. Será necessária muita flexibilidade e colaboração de todos os envolvidos, desde os professores aos auxiliares, com especial destaque para os encarregados de educação que têm um papel importantíssimo em todo este processo, e o município lá estará para o que for preciso.

A época balnear termina no dia 15 de setembro, ou seja, daqui a quatro dias, e felizmente tudo decorreu com toda a normalidade sem nenhum incidente de qualquer natureza. A fiscalização respeitante ao distanciamento tem sido feita por nós e pela autoridade marítima que contou com o reforço de alguns fuzileiros. Tem-se feito os possíveis para que se cumpram as regras, o que nem sempre tem acontecido, mas isto passa-se um pouco por todo o lado com o surgimento de ajuntamentos, e não apenas nas zonas balneares.

Felizmente, temos vivido até hoje na ilha Terceira um período sem transmissão local e creio que as coisas correram bem com o bom-senso necessário, tirando um ou outro exagero que aconteceu aqui e ali. Há que ressaltar o bom comportamento cívico das pessoas que sempre dispersaram de forma ordeira mediante o pedido da autoridade marítima ou de alguém do município. Até hoje não tivemos nenhum incidente nas zonas balneares que têm tido um bom funcionamento sem qualquer problema.

Sr. d. m. João Santos – Bom dia senhor presidente e Exma. Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais. Um pequeno aparte acerca da Covid-19 apenas para registar que, por um lado mantemos o devido distanciamento social e depois trocamos o microfone para garantir que o vírus passe eficazmente da boca de uns para a dos outros.

Sr. presidente da Câmara – Não custa nada pôr aqui um destes microfones e quem quiser falar vem aqui à frente. Assim resolvemos o problema, evitando o contacto com as mãos.

Sr. presidente da Mesa – A situação é exatamente a mesma. Se lá estiver o vírus, ao falarmos todos para o mesmo microfone, podemos ser infetados.

Sr. d. m. João Santos – Gostaria de enaltecer a postura que a Câmara Municipal tem tido relativamente a este assunto, debelando um pouco em contra corrente com outras decisões alarmistas que, de alguma forma, têm prejudicado a nossa economia relativamente a alguns encerramentos e também a quem vem de fora. A postura *low profile* sobre este assunto é uma medida eficaz para a manutenção da saúde de alguma indústria e comércio e também para a nossa saúde mental.

Estamos já a falar da animação de Angra para o Natal mas primeiro é preciso entrar em Angra. Senhor presidente, como se vai entrar na cidade no Natal pelo lado poente? Faça-lhe esta pergunta por causa da obra da Silveira, sem referir sequer o incómodo provocado às pessoas. Este é um assunto recorrente e parece-me que já se esgotou aquela linha de raciocínio: «Bom, vamos corrigir quando aquilo for intervencionado e tal...» Se não encontrarmos a solução agora, decerto não o faremos nos próximos anos e o que ali for feito ditará a acessibilidade por uma das três entradas da cidade.

Devido a estas obras, todos percebemos a confusão que se cria nas restantes entradas na cidade quando uma delas está fechada, algo já discutido aqui na Assembleia Municipal. Aquela obra está a terminar e já se verifica o caos que é entrar em Angra por ali. O que a percepção me dita é que os presidentes de junta são sempre muito silenciosos e têm alguns problemas em levantar questões à Câmara Municipal. Por respeito não vou nomear, mas há tempos falava com um presidente de junta de freguesia que me dizia que aquilo é um caos. Estranho o silêncio de todos os que utilizam diariamente aquela entrada na cidade pelo lado oeste - não é o meu caso - e falo especificamente da junta de freguesia de S. Pedro.

Percebo e ao mesmo tempo não percebo que as juntas de freguesia se mantenham silenciosas relativamente a questões mais delicadas que tenham que colocar à Câmara Municipal, por isso solicito algumas explicações ao senhor presidente da Câmara. O que se passa com aquela obra? Aquilo vai ficar assim? É que me parece ter ficado pior do que estava. Como agora há por aí muitos especialistas em teorias da conspiração, o senhor pode até ser acusado de ter prolongado aquele triângulo em frente ao antigo «João da Silveira» onde não se pode parar, mas é possível fazê-lo um pouco mais atrás junto ao «Aki Perto». O que o senhor presidente fez foi retirar clientes a um para dá-los a outro. Conhece-me e sabe que estou a brincar mas tudo isto é possível. Se aquilo ficar assim, manter-se-ão os problemas que o senhor disse que iria resolver, para não falar de um problema de ordem técnica relativamente àquele triângulo que está mal feito no fim, foi rebaixado e mais não sei o quê. Gostaria de o ouvir acerca deste assunto que considero importantíssimo para a nossa cidade.

Sr. presidente da Câmara – Os senhores presidentes das juntas de freguesia - talvez infelizmente para mim - não se coíbem de falar; antes pelo contrário, o meu telemóvel toca de três em três minutos. Provavelmente, sabem o que está a ser feito, porque está a ser feito e como está a ser feito, e não fazem perguntas porque talvez a resposta seja óbvia.

A obra da Silveira foi feita de acordo com as características técnicas adequadas ao lugar. Aquele bico tem a forma final necessária para evitar que alguém se distraia, rebente um pneu ou tenha um acidente pior. É galgável e se alguém lhe passar acidentalmente por cima não haverá consequências maiores do que um estremeção.

Naquela obra falta ainda fazer uma parte importantíssima que é a pintura, o que não é possível por ora porque a única máquina que existe nesta ilha para fazer pintura a quente tem estado avariada. Não há neste momento condições técnicas e não queremos pintar aquilo a pincel porque daqui a dias estará tudo apagado, por isso será pintado com tinta própria no momento próprio. Haverá um traço contínuo até à curva e traços amarelos em ambos os lados, os sinais verticais já lá estão, é proibido parar ali e a polícia tem feito o seu trabalho. Sou utente diário daquele caminho, na maior parte das vezes faço duas passagens por dia para cada lado e é muito menor o número de vezes que tenho encontrado ali carros parados em relação ao que era costume. As pessoas têm-se coibido disso e a PSP tem tido uma ação mais assertiva.

O povo é que escolhe quem o governa, quem governa não escolhe o povo que é soberano e a falta de civismo é algo que está no povo e não me cabe mudá-lo. Posso contribuir para tal mas não estou aqui para recriminar contra os nossos concidadãos porque alguns têm uma noção muito estranha do que é o estacionamento, o que não acontece apenas ali; basta passar por qualquer lugar onde haja um bar ou uma tasca aberta à noite para vermos carros parados das formas mais estranhas. Parece que as leis do trânsito vão de folga com o pôr do Sol e as coisas funcionam de forma menos normal.

É um trabalho que tem que ser feito com a polícia, porque se tratar de uma questão de polícia, e estamos à espera que se reúnam as condições para que sejam feitas as pinturas na estrada. A sinalética vertical já lá está, incluindo um sinal que diz que é proibido parar. Cerca de vinte metros à frente do «João da Silveira» existe um sinal indicando que é possível parar ou estacionar naquele espaço durante quinze minutos para os clientes poderem ir àquelas lojas e

voltar e a distância não deixará ninguém muito cansado. Serão reservados mais alguns lugares para estacionamento durante quinze minutos na parte inferior da estrada porque o estacionamento de longa duração, particularmente para quem vai para a Silveira, pode ser feito com vantagem no parque de estacionamento que está lá mais acima.

Este ano não houve falta de estacionamento na Silveira mas continuam a existir carros mal parados. Mais uma vez, por uma questão de falta de civismo, houve quem preferisse deixar o carro nas posições mais estranhas em vez de subir a rampa e deixá-lo lá em cima. É uma questão de civismo e educação para o trânsito, um trabalho que temos que continuar a fazer.

Não tem havido caos nenhum naquele local porque tenho visto diariamente o que lá se passa. Passei lá esta manhã e, se Deus quiser, voltarei a fazê-lo daqui a bocadinho mais duas ou três vezes. De vez em quando há carros mal parados porque há tradições que demoram a morrer, mas vão morrer. Na hipótese de persistirem ali os maus estacionamentos depois das linhas postas, poderão ser colocados sobre a linha branca do centro até à curva da entrada para a «Twins», uns pinos fungíveis que são umas estruturas refletoras. Aquilo é feito de um plástico que se parte facilmente se alguém lhe der uma pancada e não haverá outras consequências.

Há que dar tempo ao tempo. Vamos pintar a estrada, pôr a PSP numa posição pedagógica naquela zona e talvez consigamos resolver o problema. Se Deus quiser, as entradas na cidade pelo Natal hão de se fazer com paz e sossego e por ali não haverá grande problema, com certeza.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e vereação, senhoras e senhores deputados municipais, muito bom dia a todos.

Corroboro o que foi dito pelo senhor presidente da Câmara a respeito do homenageado nesta sessão da Assembleia Municipal. Quero associar-me pessoalmente e em nome do grupo municipal do PSD à justíssima homenagem que aqui foi feita ao António Nunes, um amigo de infância que mal reconheci hoje quando aqui entrei por causa da máscara e já fui ali fora felicitá-lo pela distinção com que foi agraciado.

Parece-me de elementar justiça referir este reconhecimento a um homem com quem tive a oportunidade de brincar até aos nove ou dez anos de idade, altura em que foi para os Estados Unidos. Para além da colaboração aqui bem salientada pelo senhor presidente da Câmara relativamente à manutenção da nossa língua junto da comunidade emigrada na Califórnia nos Estados Unidos da América, este homem é também um seguro no lugar onde vive, das nossas mais genuínas tradições, açorianas e terceirenses, nomeadamente a festa brava. Ele é ganadero e mantém esta nossa tradição, algo que é particularmente difícil em qualquer parte do mundo, mais ainda nos Estados Unidos da América. O António Nunes é credor do nosso apreço e estima, por isso renovo aqui o meu apoio à distinção com que foi hoje aqui presenteado.

Gostaria de colocar duas ou três questões de pormenor acerca das calçadas da nossa cidade, um assunto já aqui discutido por diversas vezes. O senhor presidente da Câmara a elas se referiu em tempos passados, e subscrevo em parte a sua argumentação porque algumas são efetivamente necessárias, mas há obras grandes que não vale a pena serem feitas para depois se estragar e a verdade é que começamos a atingir pontos difíceis de ultrapassar.

Foi-nos dito que a obra do mercado tem condicionado a execução destas obras. Como já foi aqui referido pelo senhor deputado Délio Borges e também pelo senhor presidente da Câmara, a obra do mercado é fundamental, uma âncora para o desenvolvimento e manutenção da atividade económica no centro histórico de Angra, e também muito importante para que este problema das calçadas se resolva. Temos, portanto, aqui um «dois em um». O mercado é muito importante para a economia da terra e da cidade, para quem faz ali a sua vida e para o turismo que queremos ver de novo na ilha Terceira e no centro da nossa cidade. Peço assim ao senhor

presidente da Câmara um ponto da situação relativamente a esta obra e a sua relação direta com a recuperação das calçadas e dos passeios da cidade da Angra.

Naquela zona do jardim dos Corte Real existe um restaurante da africana e um barzinho ao pé. Como tenho notado que aquilo está com um ar abandonado e um pouco decadente, gostaria de saber se existe um contrato de aluguer, se a Câmara é remunerada pela ocupação daquele espaço e que futuro se prevê para ali. Bem sei que esta altura não é a mais indicada para a florescência deste tipo de atividades mas a verdade é que aquilo tem um aspeto pouco dignificante para a nossa cidade.

Mais ou menos perto deste existe o hotel Beira Mar. Aquela unidade está desativada há algum tempo e esperemos que recupere a sua atividade o mais breve possível, mas tenho ideia da existência de algum contencioso com a Câmara Municipal devido à ocupação de um espaço na via pública. A ser verdade, pergunto ao senhor presidente da Câmara que solução haverá para esta situação.

Sr. presidente da Câmara – Na penúltima semana a Câmara apreciou e aprovou o projeto da central de camionagem e vamos agora iniciar o caminho que levará à sua construção no Bailão por debaixo das piscinas naquele espaço que agora serve de terminal aos mini bus. Esta obra implicará o reperfilamento da avenida Tenente Coronel José Agostinho para permitir uma faixa de viragem.

Fizemos a experiência de recuperação das calçadas ali junto aos bombeiros com todas as regras estabelecidas em zonas históricas e quando por lá passarem poderão ver que o trabalho está a desfazer-se completamente porque passam ali cerca de duzentas vezes por dia, viaturas na casa das 3,5 toneladas em cada eixo e assim é impossível manter as calçadas em condições. Reparem na situação ali junto ao museu quando se começa a descer a Ladeira de S. Francisco e na subida da Rua do Marquês que tem já dois ou três grandes abatimentos. Ao longo da Rua do Rego tudo o que são bueiros, estão abatidos e os carros mais baixos já batem no chão se não houver cuidado. Se me distrair e passar com a roda ali, bato com o caro no chão. Este percurso está extraordinariamente danificado por causa da constante passagem dos autocarros, razão pela qual, se decidi como obra prioritária a construção da central de camionagem.

A Rua do Rego vai ter que ser escavada por causa do mercado que tem cerca de sete metros abaixo do nível da rua. Isto implicará um trabalho de contenção que fará com que a rua tenha um tratamento completamente diferente até ao final da obra, razão pela qual não era aconselhável investir ali.

Os investimentos nas calçadas continuam. Neste momento os trabalhos estão a decorrer na Rua do Marquês que será fechada ao trânsito dentro de algumas semanas para se intervencionar a zona central quando acabarem os trabalhos nos passeios. Durante esse período vamos ter que inverter o trânsito diante do seminário para permitir que, quem queira ir para a Miragaia ou para a Rua do Rego, possa virar junto aos correios. Isto vai acontecer ao longo deste outono/inverno.

Está em fase de contratação o arranjo da Rua do Palácio diante do seminário, uma obra relativamente complexa porque há uma conduta de grande dimensão cuja ponta foi já colocada cá em baixo junto aos correios e falta a ligação dali até ao fim da Miragaia onde também já está feita para evitar que salte aquela tampa de esgoto pluvial da esquina. A obra da Rua do Palácio será complexa porque implica mexer com imensas infraestruturas. É uma das ruas com maior densidade de cabos porque, tudo o que são ligações de telecomunicações, convergem para os correios. Aquela rua é um dos eixos principais dessa infraestruturas, o que significa que teremos ali uma obra de alguma complexidade, mas ficaremos com este circuito completamente renovado dentro de um prazo razoavelmente curto.

Depois da central de camionagem teremos que fechar o trânsito na Ladeira de S. Francisco para a fazermos de novo mas isso só acontecerá lá mais para diante. Logo que a central esteja concluída passarão apenas a circular os mini bus na cidade e todas as chegadas e partidas para as freguesias decorrerão a partir do Bailão. Os autocarros farão o percurso pela avenida Tenente Coronel José Agostinho, entrarão depois da Silveira para cima na circular e farão a distribuição a partir daí. As únicas estações a manter serão os autocarros destinados ao liceu que entrarão do outro lado pelas avenidas e voltarão para trás sempre em zonas de asfalto. Estamos a retirar os autocarros do pavimento em calçada que não tem condições técnicas que permitam mantê-lo em bom estado e o que aconteceu ali ao pé dos bombeiros é a manifestação prática disto. Vejam o estado em que ficou a calçada, passados cerca de três anos apenas.

Quanto à obra do mercado, a boa notícia é que foi possível chegar a um entendimento com a diocese para a aquisição daquele prédio por detrás do seminário, o que nos permite fazer um parque de estacionamento bastante maior com entradas mais lógicas. O projeto inicial tinha fortes limitações porque não havia espaço para a entrada e saída de viaturas e tinha que se fazer ali uma espécie de nó. Essa compra já foi feita, vamos fazer a escritura dentro de dias e isto implicou uma revisão do projeto que estava feito para permitir o alargamento para o novo espaço.

A nova estrutura ficou com cerca de 236 lugares de estacionamento, o equivalente a cinco vezes a Rua Direita. Trata-se de um espaço relativamente grande com dois pisos enterrados, um acesso ali pela esquina do Nildo e a saída para a Rua do Rego onde existe atualmente o portão do seminário. Tudo isto implicou uma revisão profunda do projeto que estava feito e teve como consequência um atraso, além de um conjunto de vicissitudes relacionadas com a própria equipa de projetistas. O trabalho de revisão do projeto, cujo custo estimado se situa entre os 6,5 e os 7 milhões de euros, iniciar-se-á provavelmente nas últimas semanas de setembro. É obrigatório que a essa revisão seja feita por uma equipa independente durante cerca de um mês e contamos poder lançar o concurso lá para novembro se tudo correr de acordo com o previsto.

As questões financeiras estão devidamente acauteladas, o município está em condições de lançar o projeto e não depende de mais nada a não ser da sua revisão e aprovação para podermos arrancar com a obra naquele lugar na próxima primavera com a duração estimada de dois anos. Mais coisa menos coisa, contamos com um mercado novo no ano 2023.

Há, de facto, duas questões relacionadas com o Beira Mar e uma tem a ver com o estacionamento reservado que a «Portos dos Açores» concedeu naquele largozinho por detrás da alfândega. Houve uma transferência de toda aquela rua para a tutela da Câmara, essa questão estava em vias de ser resolvida quando aconteceu este encerramento e há ainda a situação referente à ocupação do espaço público. Teoricamente, seria algo desmontável mas, como os senhores sabem, o que lá está montado é uma estrutura feita em betão com a receção do hotel por debaixo. Não se trata da ocupação da via pública como acontece com uma esplanada qualquer e a melhor solução será a venda daquele espaço a quem comprar aquilo. Resolvemos parar com esse processo e não vale a pena continuarmos assim porque a perda de espaço público não põe em causa a funcionalidade do lugar, não há nenhuma desgraça e é bom para a nossa economia que esta situação se resolva de uma vez por todas. Esperemos que apareça um novo proprietário para aquele espaço para se fazer a venda e sanar de vez este contencioso.

O restaurante do jardim dos Corte Real está fechado há meses por razões económicas. A situação já não estava bem porque havia rendas em atraso quando chegou a pandemia que foi a gota de água em cima do problema que já existia. Neste momento está-se na fase final de chegar a um acordo para que o lugar fique vago e a Câmara o possa colocar novamente em hasta pública ou chegar a um acordo qualquer que permita a transmissão do arrendamento para terceiros. As duas hipóteses estão em aberto. Se houver alguém que queira negociar e pagar as rendas em atraso para ficar com o lugar, pois ficará; se não houver, irá novamente a hasta pública. O espaço está fechado e abandonado, o bar em frente está em funcionamento e tem as

rendas em dia mas tem atraído uma clientela que às vezes não é a melhor. Seria importante reabrir o restaurante para atrair para ali outra gente e dar outra vida ao lugar mas o tempo não é o melhor. Esperemos que a crise abrande um pouco e lá chegaremos.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Há alguma previsão para o início da obra da central de camionagem, senhor presidente?

Sr. presidente da Câmara – O projeto foi entregue há cerca de duas semanas e está a ser revisto pelos serviços técnicos da Câmara. Se não houver nenhum erro, estamos em condições financeiras de o colocar de imediato a concurso.

Sra. d. m. Brites Cunha – Aproveito este Período de Antes da Ordem do Dia para cumprir uma das nossas funções mais básicas que é corresponder aos anseios e preocupações dos munícipes e eleitores que nos interpelam para que façamos ouvir aqui a sua voz e obter algumas respostas aos seus problemas. De boa-fé, não cheguei a apresentar uma proposta na conferência de líderes porque o senhor presidente me informou que o assunto estaria a ser tratado, apesar do atraso por parte das Obras Públicas.

As pessoas estão muito preocupadas devido à falta de controlo de velocidade naquela zona um pouco acima do cruzamento da Canada da Cruz Dourada junto ao restaurante de um italiano que é muito frequentado. Felizmente não tem acontecido nada de grave mas a situação tem trazido alguns constrangimentos porque houve em tempos naquele cruzamento um acidente mortal. Tem-nos sido dito que aquilo está muito perigoso, inclusivamente com toques sucessivos em muros de moradores e os locais pretendem saber se é possível, de alguma forma, controlar a velocidade naquele local.

O senhor presidente disse-me na conferência de líderes que tinha já sido disponibilizada uma verba repartida entre a Câmara Municipal e a Secretaria das Obras Públicas para a colocação de um semáforo de controlo de velocidade cá mais abaixo no tal cruzamento com a Canada da Cruz Dourada. Pretendo saber por que razão, não foram ainda tomadas quaisquer medidas além desse semáforo que não será suficiente para a redução da velocidade junto a esse restaurante.

Sr. presidente da Câmara – Foi feito um acordo entre a Câmara e as Obras Públicas no sentido de se adquirirem dois conjuntos de semáforos. Um destinado ao cruzamento entre a Canada da Luz e a Canada de Belém com a estrada regional Nº 2 onde é difícil o acesso, particularmente de manhã porque o espelho que lá está fica apontado ao sol e há ali uns problemas de encandeamento. Será colocado aí um semáforo normal que, segundo me informa o senhor vice-presidente, já foi adquirido e estamos à espera de alguém que o venha montar.

Foi também adquirido um outro semáforo limitador de velocidade com sensores para ser colocado lá ao fundo no fim da Canada da Cruz Dourada junto ao restaurante «O Pedregulho» perto da zona balnear do Negrito. Se alguém passar acima da velocidade limite, o sinal cá em baixo fica fechado e quem se aventurar e desobedecer será fotografado e filmado. Trata-se de uma nova experiência em alternativa à colocação de mais lombas que criam problemas complexos às viaturas. O semáforo foi adquirido e vamos esperar que seja instalado. Se não funcionar, teremos que optar pelas velhas lombas mas isso cria problemas complicados para quem mora ali à volta devido às vibrações e ruídos e também para as viaturas. O nosso concelho já parece uma serra com lomba aqui, lomba ali e começa a ficar um bocadinho excessivo.

Isto resultou também de uma iniciativa cidadã liderada pelo senhor A. Pinheiro que tem uma casa naquela zona. Juntou um conjunto de pessoas que apresentaram as suas razões às Obras Públicas que, por sua vez, vieram falar connosco e foi possível chegar a este entendimento entre todas as partes. A decisão foi comunicada aos promotores dessa iniciativa que consideraram essa experiência aceitável e bem-vinda. Será a primeira vez que se instala na

nossa ilha um semáforo limitador de velocidade, vamos ver como as pessoas se comportam com ele.

Sr. d. m. João Santos – Senhor presidente da Câmara, apenas para fecharmos o assunto que, afinal, não fica fechado...

Sr. presidente da Câmara – Só o vamos fechar quando não houver ninguém lá parado.

Sr. d. m. João Santos – Exatamente. Ora, o senhor arrematou a minha intervenção da melhor forma.

Isto não é uma crítica nem um assunto para esta Assembleia, mas o facto de os senhores presidentes de junta de freguesia lhe telefonarem de três em três minutos não será justificação até porque eles têm assento aqui onde os assuntos são discutidos. Se todos passássemos a discutir os assuntos desta Assembleia através do seu telemóvel, o senhor perderia a sua sanidade mental e não precisaríamos de vir aqui.

Sr. presidente da Câmara – Faça favor. Transformei-me num especialista em telemóveis e atendo qualquer assunto a qualquer hora.

Sr. d. m. João Santos – O senhor é especialista em várias coisas até em vencer os adversários pelo cansaço; é o que está prestes a fazer-me mas admiro-o por isso entre várias outras coisas.

Não vamos fazer disto um caso mas também não adianta tentarmos tapar o sol com a peneira porque existe um problema que tem que ser discutido e para o qual é preciso encontrar uma solução. O facto de o senhor passar na Silveira todos os dias, nada me diz porque deve ser das pessoas mais pacientes que conheço e um estratega nato. Mesmo que estivesse ali duas horas à espera para passar, nunca daria o braço a torcer nem entregaria os pontos; continuaria a trabalhar à procura de uma solução mas nunca entregaria a sua razão...

Sr. presidente da Câmara – O senhor nunca me viu sair do carro para descompor alguém, mas já aconteceu.

Sr. d. m. João Santos – Repito que o senhor, entre várias outras facetas, é exímio em vencer os adversários pelo cansaço e está prestes a consegui-lo também comigo acerca deste assunto.

Com alguma pena, não posso deixar de registar que às vezes parece que só falamos dos assuntos porque nos tocam diretamente. Falamos de um determinado local porque passamos ali todos os dias, insistimos no assunto do lixo porque o temos à nossa porta ou queixámo-nos do saneamento quando a nossa sanita não despeja mas depois desistimos das coisas.

Lembro um caso relacionado com o nosso ex-colega deputado municipal João Maria Mendes que teve um diferendo com a Câmara Municipal em executivos anteriores durante meses ou anos relativamente ao lixo ou ao barulho provocado por um estabelecimento comercial que havia por debaixo da casa dele no Alto das Covas. Passado muito tempo, o doutor João Maria Mendes deixou de falar no assunto. Perguntei-lhe se estava resolvido e ele disse: «Não. Felizmente, tenho outra casa nas Cinco Ribeiras e mudei-me para lá. Afastei-me do problema e o assunto ficou resolvido.» Talvez tenha feito bem mas nunca devemos deixar de falar até que as coisas se resolvam porque estamos aqui para defender e discutir os problemas de todos os angrenses e não dos nossos em particular.

O senhor disse que passa quatro vezes por dia na Silveira e talvez eu circule por ali apenas quatro vezes durante um mês. Como trabalhava na Proteção Civil, vinha de S. Mateus por S. Carlos até àquela rotunda e subia pela circular. Agora, nem de longe vejo o problema porque trabalho na Tomás de Borba e volto para trás por S. Carlos; portanto, trata-se de um problema dos angrenses de todo o concelho, por isso é que o discutimos aqui.

O senhor falou de pinturas e sinais de trânsito. Pinturas e sinais era o que havia quando o senhor reconheceu um problema e propôs-se a solucioná-lo. Dizer-se que a solução são os

sinais e as pinturas, não acredito nisso e recuso-me a falar de policiamento nesta altura pelo número de efetivos da PSP e pela postura dos poucos existentes na divisão de trânsito. Não vou falar de policiamento nesta Assembleia porque está tudo dito. Os exemplos e a prática mostram o que acontece e o senhor tem ali um problema. Na minha boa vontade em colaborar consigo, sugiro que vá já encomendando os tais pinos e os coloque ali se quiser resolver o problema antes do carnaval do próximo ano. Talvez o Natal lhe mostre isso quando as pessoas se deslocaram à cidade de Angra por altura das festividades natalícias.

Sr. presidente da Câmara – Acho que está tudo dito sobre esta matéria. A Câmara não desistirá de resolver o problema e as medidas têm de ser tomadas consoante se mostrarem necessárias. Peço a todos os que lá passam, que vão analisando a situação e me telefonem dando conta do feedback, particularmente os senhores presidentes de junta.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de junho a 14 de agosto bem como a informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A atividade municipal respeitante a este período que agora está em análise decorreu, como habitualmente, com toda a normalidade. Além das situações derivadas de todas as medidas de adaptação que fomos tomando devido à pandemia da Covid-19, a menos normal foi a internalização dos Serviços Municipalizados que tem o seu epílogo na ordem de trabalhos desta Assembleia. Apesar de, nem tudo ter corrido exatamente como planeado, esta internalização decorreu com sucesso e sem grandes dificuldades. Todas as questões foram sendo resolvidas e as mais relevantes de natureza organizacional foram totalmente ultrapassadas.

No que diz respeito à gestão de pessoal, infelizmente tivemos uma situação relativamente anormal com o falecimento de três dos nossos trabalhadores durante este período, o que não é muito comum e algo que todos lamentamos, mas aconteceu e faz parte das nossas vidas. Tirando isso, a evolução do pessoal e do ponto de vista das tarefas também decorreu sem nada de particular a assinalar. A obra mais complexa desde a última vez que reunimos é exatamente aquela que há pouco referimos acerca do acesso à cidade pelo lado oeste. Os asfaltamentos estão concluídos faltando apenas alguns pormenores, mas estamos a ver se os resolvemos a curto prazo.

A outra obra de grande vulto que temos em curso é o reperfilamento do Largo de S. João de Deus. A Rua Ilha do Corvo que liga este largo ao bairro do Lameirinho, está concluída e estamos agora a entrar no largo propriamente dito, a que se seguirá o reasfaltamento do troço que vai do fim da calçada ali junto à Memória até ao referido largo, uma obra de grande dimensão com algumas particulares dificuldades por causa do nível da estrada que estava demasiado elevado e é preciso fazer rebaixamentos em vários lugares.

Uma outra obra que nos causou alguns problemas é a ligação dos esgotos de S. Bento à nova estação elevatória, uma conduta que passa nas traseiras da panificação. Essa obra está na fase final de execução depois de ultrapassados alguns problemas relativamente complexos no relacionamento com o empreiteiro e devido à resolução de outras questões técnicas para garantirmos a ausência de maus cheiros naquela zona e a libertação de gases, o que provavelmente aconteceria se não se tivesse alterado algumas coisas no projeto. Serão medidas naquela calha em betão umas condutas cor de laranja que estão lá ao fundo no estacionamento

da praça de touros e assim ficaremos com um dos problemas clássicos da nossa cidade bastante melhorado.

Estamos a retirar cerca de 50% do esgoto que aflui ao Pátio da Alfândega que, nesta altura, está já a passar pela estação elevatória, e aquela conduta corresponde a cerca de mais 20%, ou seja, ficaremos com apenas 30% do esgoto que antes tínhamos no Pátio da Alfândega. Isto tem um grande significado na boa gestão energética do município e na resolução dos problemas dos transbordos quando há chuvadas.

Estamos também em vias de substituir por nova tecnologia as estações elevatórias do Pátio da Alfândega e do Fanal que são clássicas e consistem basicamente num tanque para onde corre o esgoto que depois é retirado por uma bomba. Tecnicamente falando, naquele lugar o esgoto é colocado à pressão atmosférica e a partir dali é elevado mas surgiu uma nova tecnologia no mercado que permite a bombagem do esgoto em sistema completamente fechado e sem tanque. Há uma estrutura que recebe o esgoto de um lado e o envia pelo outro através de um conjunto de impulsores com a vantagem da ausência de transbordos e maus cheiros porque tudo é processado em ambiente fechado.

Tivemos a empresa que lançou no mercado uma tecnologia nova ainda com algumas dúvidas de teste mas foram bastante convincentes. Visitámos uma estação em funcionamento com esta tecnologia e, como já disse, resolvemos iniciar o procedimento para substituir as duas estações mais complexas que temos. Apesar de ter sido modernizada do ponto de vista do sistema de controlo, a estação do Pátio da Alfândega tem umas bombas relativamente antigas e a do Fanal tem tecnologia dos anos 90, nunca foi intervencionada e estava a atingir o fim da sua vida útil. Tudo isto vai permitir eliminar os maus cheiros nesses lugares e tornar mais fiável o funcionamento do sistema.

Além destas obras de grande vulto que estão em curso, estamos com um plano de limpeza do passivo de pequenos troços de canadas onde mora gente que estavam em muito mau estado. Isto já foi feito em algumas e vamos ver se, até ao fim do ano, intervencionamos a generalidade das freguesias.

Temos ainda a decorrer o lançamento de dois concursos de estradas para reasfaltamento de troços relativamente grandes, a maior parte aqui na zona oeste. Aquele caminho de cima entre a Terra Chã e as Doze Ribeiras tem vários troços que estavam em mau estado e ficaram ainda piores depois das enxurradas do ano passado, além de outros relativamente grandes em S. Bartolomeu, na Serreta, no Porto Judeu e em S. Sebastião que também precisam de ser intervencionados. Estes troços entram agora em concurso para vermos se, na próxima primavera, limpamos completamente este dossiê estradas.

Sr. d. m. João Santos – Foi uma boa estratégia por parte da Câmara Municipal, o aproveitamento deste período de paragem por causa da pandemia com menos gente a circular na cidade e noutras áreas do concelho para impulsionar algumas obras, nomeadamente na Praça Velha e na restante área urbana de Angra que, noutras circunstâncias, teriam provocado muito transtorno.

Como sou muito humilde, ao contrário do senhor presidente da Câmara, confesso que tenho que dar o braço a torcer...

Sr. presidente da Câmara – Não sei se isso foi um elogio.

Sr. d. m. João Santos – Foi, foi. Confesso que fui muito cético relativamente ao novo parque de estacionamento porque achei que a obra não iria resultar. Percebia a intenção da Câmara mas estava convencido que as pessoas se iriam borrar e tudo continuaria na mesma, mas tenho que lhe dar os parabéns. Penso ter sido uma boa aposta sua, não só o parque de estacionamento como a sua reduzida dimensão com a possibilidade de vir a ser ampliado, e parece que tudo resultou exatamente como o senhor previu. Já não vemos naquela zona o habitual

estacionamento selvagem, apesar de haver sempre alguns que, com as suas atitudes, acabam por valorizar a postura dos outros. Mesmo que o senhor construa dez parques, haverá sempre pessoas parvas com pouca ou nenhuma consideração pelos outros.

Ao contrário do que inicialmente pensei, foi uma aposta ganha e aquela zona está muito menos congestionada porque o parque resultou e as pessoas acabaram por aderir. No entanto, há centenas de lugares que as pessoas não utilizam nas laterais da estrada do outro lado que vão de uma rotunda à outra. Enfim, as pessoas são estranhas mas o que interessa é que as coisas resultaram e o senhor presidente da Câmara está de parabéns por esta excelente obra que muito beneficiou o concelho.

Uma outra obra que parece uma coisa muito pequena mas deveria servir de exemplo, foi o que se fez em frente ao Copacabana na Rua do Palácio onde havia problemas de estacionamento. Não faz sentido que seja proibido estacionar? Pois, retire-se os sinais, reordene-se as coisas e crie-se estacionamento. É isto que defendo. Há muitos carros que só estão mal estacionados nesta cidade porque a sinalização está lá. Apesar de serem meia dúzia de lugares, é certo que a confusão acabou ali e agora toda a gente sabe com o que conta. Há carros estacionados, os outros passam, já não há transgressões e este é um modelo a seguir. Damos uma volta pela cidade, vemos que zonas requerem uma intervenção desse tipo, legaliza-se, reordena-se o estacionamento e pronto.

Senhor presidente, não sei se o assunto merecerá algum comentário seu ou se estará tudo bem, mas parece-me que começa a ver-se por todo o concelho um pouco mais de lixo pelo chão e junto aos contentores do que o normal. Pode ser impressão minha, por estarmos no verão ou talvez isto aconteça apenas nos locais por onde passo.

Sr. presidente da Câmara – Ainda bem que tudo correu bem em relação ao estacionamento mas, por uma questão de justiça, os parabéns devem ser dirigidos às Obras Públicas, quem fez aquele trabalho.

Quanto ao lixo, tenho andado por aí sem notar nada de particularmente diferente mas esta é uma luta constante e um trabalho que nunca ficará completo, por isso vamos continuar a limpar. Nestes últimos meses fez-se um grande esforço financeiro de reforço do número de contentores com a substituição por outros de maiores dimensões, o que melhorou bastante o funcionamento do sistema.

Foram também investidos cerca de 900 mil euros na aquisição de novas viaturas de recolha de lixo como devem já ter reparado pelos carros novos que andam por aí a circular. Algumas viaturas tinham mais de vinte anos porque foram compradas em meados dos anos noventa e precisavam de ser substituídas. Uma boa parte já foi entregue, faltam mais três que foram adquiridas mas ainda não chegaram e assim provavelmente chegaremos ao fim do ano com uma frota de recolha de lixo praticamente toda renovada. Alguns dos carros antigos foram abatidos e outros passaram à reserva para a eventualidade de alguma necessidade. Isto melhorou bastante a recolha porque as viaturas novas, além de maior capacidade, apresentam um sistema com melhor vedação que elimina aquele habitual rasto de mau cheiro.

É claro que, de vez em quando deparamo-nos com uma má surpresa ao encontrarmos um monte de lixo aqui ou ali. Lembro mais uma vez que não escolhemos o povo que temos mas havemos de fazer todos os possíveis por ir melhorando e a verdade é que é notável o número de juntas de freguesia premiadas este ano com o galardão de freguesia limpa. Angra é o concelho com maior proporção de juntas premiadas, por isso estão de parabéns os senhores presidentes de junta que têm conseguido este bom resultado e lembro que tudo isto implica muito trabalho.

A questão do lixo é um dos problemas que tem vindo a melhorar. Há uns anos a situação era dramática, foi múltiplas vezes aqui discutida e fez-se um investimento de milhões nesta área. Se olharmos para o percurso feito, só a incineradora custou 36 milhões de euros e foram

investidos mais outros largos milhões em contentores e carros. Tem-se feito um grande esforço e investimento mas os grandes obreiros desta enorme melhoria são essencialmente os senhores presidentes de junta. Este é um trabalho feito essencialmente ao nível das juntas de freguesia que se têm empenhado com força e persistência nesta matéria. Se hoje aparecer uma carrada de entulho num lugar qualquer, é a exceção e não a regra, ao contrário do que se verificava há uns tempos. As juntas têm demonstrado uma enorme prontidão e o material é removido numa questão de horas depois do aviso feito.

Temos mantido o concelho limpo e a verdade é que, quem nos visita, particularmente os meus colegas presidentes de câmara, perguntam como conseguimos manter tudo limpo quando, e segundo me dizem, por mais que se esforcem, não o conseguem nos seus municípios. Quando outros presidentes de câmara dizem isto é sinal que estamos no bom caminho.

Sr. d. m. João Santos – Não me referia a esse lixo, senhor presidente. Sou o primeiro a reconhecer que há freguesias onde - passe a expressão - quase se pode comer no chão e não pretendo sequer comparar Angra com outros concelhos. É que, com esta história da pandemia, agora temos um novo lixo. Nesta descida desde o estacionamento até aqui à porta do Centro Cultural e de Congressos encontrei sete máscaras no chão. Referia-me a este pequeno lixo desde as beatas e o maço de cigarros até à máscara. Pergunto se, eventualmente será possível fazer-se alguma coisa quanto a isto porque agora até é proibido deitar beatas para o chão e confesso que é uma lei que me faz alguma confusão. Como é que, num país onde se paga 250 euros de multa por atirar uma beata, se veem tantos maços de tabaco pelo chão?

Sr. presidente da Câmara – Há algumas anomalias na limpeza de pavimentos aqui na zona urbana de Angra. Acontece que tivemos um conjunto de baixas importantes na limpeza das ruas porque faleceu um dos melhores colaboradores e ainda não arranjámos uma solução eficaz para o substituir, outro sofreu um acidente e um terceiro reformou-se. Este último mês foi muito mau para a limpeza urbana, estamos a recanalizar outros trabalhadores para esta área e é necessário um período de aprendizagem e adaptação. Lamento tudo o que tem acontecido e fica aqui a minha homenagem ao pessoal que faz a limpeza urbana. Temos trabalhadores excelentes nessa área que fazem autênticos milagres visto que começam às 7 horas da manhã e, uma hora depois, parece que nada tinha acontecido na cidade.

Sr. d. m. Délio Borges – Senhor presidente, gostaria de lhe colocar algumas questões acerca da freguesia da Feteira, nomeadamente no que respeita à estrada que vai fazer a ligação com a Fajã do Fischer, visto que alguns cidadãos demonstraram na última reunião da assembleia de freguesia as suas preocupações relativamente aos impactos desta obra e foi-lhes garantido que o assunto seria trazido ao senhor presidente da Câmara. Assim sendo, gostaria de saber o ponto da situação do projeto, da obra e até que ponto as preocupações destes cidadãos podem ser atendidas.

O senhor presidente falou na aquisição das novas viaturas de recolha de lixo. Segundo o que foi dito às pessoas, parece que um dia destes foram suprimidos alguns lugares de estacionamento na Rua do Pau São, provavelmente para o carro do lixo passar. Pergunto se esta supressão de lugares de estacionamento vai acontecer noutras ruas da cidade para a mesma finalidade e peço-lhe também um ponto da situação relativamente às obras que estão a decorrer na sequência dos temporais.

Sr. presidente da Câmara – Começando pela estrada da Serretinha, essa preocupação foi-nos trazida pela senhora presidente da junta de freguesia e o assunto foi analisado. Foi lançado o concurso que recebeu algumas propostas mas nenhuma satisfazia os requisitos por nós exigidos, por isso o mesmo terá que ser relançado no sentido de encontrarmos um empreiteiro que faça o serviço pelo preço pretendido e da forma como se tinha exigido.

Existe uma preocupação de natureza genérica dizendo-se que não é preciso construir esta estrada. Bom, creio que a maioria de nós sabe que a estrada é necessária, aquele espaço precisa

de ser valorizado e sabe-se também que há um conjunto de construções ilegais que ficam melhoradas. Infelizmente, temos na Serretinha uma zona de grande desordenamento urbanístico com casas construídas sem acesso, muitas não legalizáveis, além de um conjunto muito complexo de questões que é preciso resolver. Aquela estrada corresponde ao prolongamento da marginal que existe na Fajã do Fischer até à estrada regional. Permite, por um lado, legalizar as casas situadas por aquele caminho adentro e por outro, abrir uma frente de urbanização para pôr ordem naquele espaço e seja possível construir do lado cima da estrada num troço de cerca de 400 metros entre a última casa e a Serretinha. Foi tomada uma decisão, há quem concorde e quem não concorde, mas não é isso que pode ser discutido nesta fase.

Todas as outras questões que foram colocadas sobre alturas de paredes e alinhamentos são resolúveis. É o tipo de acerto que, na devida altura, se fará com cada proprietário e isso nunca foi problema em lado nenhum. A questão fundamental, se a estrada deve ou não deve ter aquele percurso, não é algo que esteja aberto a discussão nesta fase. O assunto foi devidamente discutido, acordado e tratado com o Governo Regional e esta é a melhor solução técnica. Quem tem terrenos do outro lado gostaria que a via por lá passasse para os poder urbanizar. Toda a gente quer que a estrada sirva os seus interesses mas a verdade é que só pode servir um determinado número de pessoas. O lugar por onde passa é aquele que minimiza o declive e maximiza o bem público que é resolver a acessibilidade e criar espaço para construção, permitindo a resolução dos inúmeros problemas de ilegalidade pendentes naquela zona.

São estas as razões subjacentes à situação que já foram devidamente explicadas às pessoas interessadas. Há um proprietário da última casa, já situada na estrada regional, que não concorda. Pois, em última instância, o assunto terá que ser dirimido no tribunal administrativo, seguindo-se o que a lei diz.

Sr. vice-presidente da Câmara (José G. Lima) – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores. Em resposta à questão do senhor deputado sobre a Rua do Pau São, acontece que o carro do lixo tem problemas em passar na curva cá em cima e é necessário pedir-se constantemente às pessoas para retirarem os carros ali estacionados. Ontem verifiquei que iam retirar várias viaturas naquela rua que vai para baixo e quando o assunto chegou à minha mão através do senhor presidente da junta de freguesia, decidiu-se que bastaria retirar os primeiros dois carros cá em cima. Hoje de manhã a nossa encarregada geral, juntamente com o senhor presidente da junta, foram ao local para se inteirarem da situação e prepararem tudo.

Sr. d. m. Délio Borges – Peço-lhe então, senhor presidente, um ponto da situação relativamente às obras resultantes dos temporais do inverno. Segundo a informação que me fizeram chegar, a ponte da Ribeira das Oito ainda não está pronta e há uma preocupação relativamente à Canada da Ajuda porque a época das chuvas está a chegar e ainda há pedra encostada à parede da ribeira.

Sr. presidente da Câmara – Vou pedir socorro ao senhor presidente da junta de freguesia porque não estou a par desse assunto.

Sr. d. m. Délio Borges – Apesar de nada ter a ver com os temporais, gostaria que nos prestasse também um esclarecimento acerca da promessa da construção do reservatório de água em Santa Bárbara.

O senhor presidente referiu algumas obras de uma certa dimensão incluídas no concurso do pacote de estradas e uma das nossas preocupações é o Escampadouro lá em cima em S. Bartolomeu. O senhor confirma que estas obras serão iniciadas ainda este ano?

Sr. presidente da Câmara – Se não houver complicações com o concurso que é relativamente simples, sim.

Sr. d. m. Délio Borges – Por falar em complicações com concursos, penso haver um problema relacionado com a adjudicação de obras numas canadas em S. Bartolomeu. Essa situação vai resolver-se brevemente?

Sr. presidente da Câmara – Vai.

Sr. d. m. Délio Borges – Continuando a nossa ronda, existe um estabelecimento de animação noturna na zona da Silveira que, nos últimos tempos, tem tirado o sono aos residentes com bastante ruído a partir das 6 ou 7 horas da manhã, muito além do que é legal, e as pessoas ligam para a PSP que os informa que nada podem fazer porque aquele estabelecimento possui autorização camarária. Peço que nos esclareça acerca da licença desse estabelecimento de animação noturna e como podemos conciliar a sua atividade legítima com as horas de sono dos moradores daquela zona.

Senhor presidente, é consensual que a zona de banhos do Fanal tem sido bastante procurada e já tentei algumas vezes usufruir daquele espaço que estava praticamente lotado. O senhor não acha que a Câmara Municipal deve manter aquela zona vigiada? A Câmara tem a responsabilidade de zelar pela segurança dos munícipes e é coerente a existência de uma segurança através de um nadador-salvador.

Finalmente, peço-lhe o ponto da situação da obra do Centro Interpretativo que mais parece a obra de Santa Engrácia. Gostaria de saber para quando a sua inauguração para usufruto dos residentes e visitantes.

Sr. presidente da Câmara – Fui tomando nota das suas questões e vou tentar responder-lhe. No que respeita à recuperação das cheias provocadas pelos temporais, as duas pontes estão concluídas há tempos e falta apenas asfaltar os respetivos troços porque a empresa responsável por aquela empreitada tem tido alguma dificuldade em obter o asfalto devido às limitações de produção na ilha. Infelizmente, se tudo continuar assim, teremos um monopólio do asfalto porque não há concorrência e este mercado das estradas está a funcionar de uma maneira precária e difícil.

No que respeita a pedras e reservatório, não sei do que estamos a falar e quanto ao ruído provocado pela Twins, o senhor vice-presidente e eu fomos reunir com a polícia para se resolver a questão. Aquele estabelecimento possui uma licença que lhe permite funcionar até às 6 horas da manhã porque o regulamento atual que foi aprovado por esta Assembleia e limita até às 4 horas da manhã, contém uma cláusula que permitia manter as licenças anteriores. Temos vontade de reduzir para as 4 horas mas isso implica um procedimento administrativo relativamente complexo que está neste momento a ser seguido. No entanto, nunca houve e jamais haverá qualquer licença a partir das 6 horas da manhã. Se o estabelecimento continua a funcionar depois dessa hora, não é com licença concedida pela Câmara. Foram tomadas medidas pela polícia que obrigou a que a discoteca funcionasse com as portas fechadas porque estavam a utilizar o espaço exterior como esplanada e tinham as portas abertas para que a música se ouvisse cá fora. Creio que, desde a visita da polícia há oito dias, as portas têm permanecido fechadas e nunca mais ouvi qualquer queixa.

O Centro Interpretativo está pronto no que respeita à construção civil; estamos a arranjar a rua e falta uma segunda empreitada que depende de financiamentos. Creio que todos concordarão que é mais importante avançar-se com a obra do mercado do que comprar 1,8 milhões de euros em equipamento para aquele espaço. Neste momento mais vale termos um pouco de calma e abrimos o centro de informação, o posto de turismo e o auditório do Centro Interpretativo. Quanto às exposições, é melhor esperar pelo novo quadro comunitário que foi anunciado com dinheiro que chegará para isso.

No atual contexto, sem financiamentos comunitários, temos que preservar o músculo financeiro para podermos dar execução às obras que estão a ser feitas integralmente com recursos da

Câmara. Uma vez que sejam abertas as candidaturas para o novo quadro comunitário, veremos que andamento dar ao Centro Interpretativo. Contratou-se uma empresa da especialidade que está a fazer o roteiro e o projeto técnico dos equipamentos a adquirir e logo que haja financiamento estaremos em condições de o comprar de imediato.

Neste momento temos sete zonas balneares vigiadas no concelho, o que é manifestamente excessivo para a população que temos. Existe a possibilidade de deslocarmos a vigilância de uma das zonas para o Fanal em função da procura. Esta matéria terá que ser analisada em conjunto com a autoridade marítima e de acordo com as estatísticas da frequência das diversas zonas para percebermos como agir no ano que vem. Como a Prainha teve menos gente, se calhar pode-se mudar a vigilância para o Fanal; é uma questão a analisar no futuro.

Sra. d. m. Marília Vargas – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e restantes elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. Aproveito para manifestar o meu agrado pelo facto de o mercado se manter na atual localização pela sua tradição e história e por ser um local bonito.

Quero congratular a Câmara pela nova zona de banhos do Fanal que se revelou um sucesso. O senhor presidente da Câmara referiu que as sete zonas balneares que temos são excessivas mas não concordo porque as mesmas têm estado praticamente lotadas e pergunto se não seria adequado pensar-se na criação de mais algumas plataformas de banhos semelhantes a esta do Fanal, aproveitando os bons acessos ao mar que temos para evitar que as atuais estejam sempre tão cheias.

Sr. presidente da Câmara – Há aqui uma distinção técnica a fazer entre zonas de banhos e zonas balneares. Precisamos claramente de mais zonas de banhos e temos que abrir mais acessos ao mar. Aproveitando o financiamento que obtivemos na consequência do furacão Lorenzo, vão nascer mais três zonas de banhos.

A diferença entre zonas de banhos e zonas balneares está na vigilância que está a custar cerca de 130 mil euros à Câmara e não é necessário tê-las todas vigiadas. As pessoas têm que escolher o tipo de zona a frequentar em função das suas capacidades de nadar e dos seus interesses, à semelhança do que acontece em todos os lugares do mundo. Creio que temos zonas balneares com vigilância acima do que seria o número ideal em relação à nossa população.

É necessário continuarmos a aumentar o número de zonas de banhos mas não podemos esperar que se transformem em zonas balneares porque lá vai mais um nadador-salvador. Isto tem custos e transforma-se numa situação insustentável. Reparem que este ano não houve sequer vigilância na maior parte dos concelhos da região e do país e praticamente todas funcionaram como zonas de banhos. É óbvio que têm que ser consideradas todas as questões de segurança e mais uma vez deve prevalecer a nossa liberdade individual, discernimento e capacidade de escolha.

Neste momento temos sete zonas balneares neste concelho e mais seis na Praia da Vitória. O que não falta na ilha Terceira são zonas balneares vigiadas mas a liberdade individual também existe e se me apetecer ir tomar banho no calhau num lugar qualquer devo ter o direito de o fazer o que, aliás, já faço. Estas coisas devem ser deixadas ao critério e à liberdade de cada um.

Espero que a breve trecho seja possível resolver o acesso ao mar na Ajuda com a criação de mais uma zona de banhos, algo que está já em curso com o senhor presidente da junta de freguesia de Santa Bárbara e é possível abrir mais duas zonas aqui em S. Mateus. Este ano tivemos a Fajã do Fischer profundamente melhorada com boas casas de banho para se poder lá ir com decência e foi aberta no Porto Judeu mais uma zona com excelentes condições. Temos uma melhor oferta, contudo não chega e é preciso continuar todo um trabalho na criação de mais acessos ao mar.

Sr. d. m. Hélio Vieira (presidente da J. F. de Santa Bárbara) – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. Procurando dar resposta à questão colocada pelo deputado Délio Borges sobre Santa Bárbara, como já disse o senhor presidente da Câmara, posso informar que a ponte está transitável há mais de um mês, faltando o asfaltamento. No que respeita à Canada da Ajuda, o muro de suporte da ribeira também está feito e falta o acabamento exterior. Tivemos que elaborar um processo relativo ao estacionamento naquela zona e foi-nos entregue a semana passada a correção do muro exterior à rua. Quanto à Grotta dos Carneirinhos, as coisas devem ser chamadas pelos seus nomes para não se estar a dizer que há pedras no caminho. A situação tem a ver com a estrada regional em que a Secretaria Regional das Obras Públicas tem um projeto para a remodelação do local com o corte da estrada e a construção de uma ponte nova. À exceção da Grotta dos Carneirinhos, não vejo pedras na ribeira nem mais nada que dificulte as coisas em Santa Bárbara e queria agradecer à Câmara Municipal e a todas as secretarias por tudo o que ali se tem feito em consequência dos últimos temporais.

Sra. d. m. Brites Cunha – Embora tenha já sido referida no Período de Antes da Ordem do Dia, não poderia deixar de falar na obra da Silveira porque, à semelhança do senhor presidente da Câmara, passo lá tanta vez que já vi de tudo e o que parece é que aquilo se mantém constantemente estrangulado.

Tenho pena que as Obras Públicas não se portem com a Câmara, como a Câmara se comporta em relação àquela secretaria com a lisura com que o senhor presidente o fez há pouco ao atribuir-lhe o mérito pela construção do parque de estacionamento. A este respeito, lembro que o CDS-PP apresentou nesta Assembleia uma proposta que foi aprovada por unanimidade em jeito de recomendação à Secretaria das Obras Públicas que fizesse algo para impedir a paragem e o estacionamento na Silveira em frente ao hotel do Caracol.

Percebo perfeitamente toda a preocupação relativa aos parques de estacionamento que servem aquela zona, que se aumente triângulos e coisas do género para dificultar a vida a quem continua a parar em frente às mercearias, e não entendo a falta de vontade em resolver aquele problema. É constante a paragem de autocarros em frente ao hotel, por vezes aos dois de cada vez estrangulando aquela passagem, enquanto ao mesmo tempo, as viaturas de abastecimento às mercearias complicam o trânsito do outro lado. Foi pena que não se tenha aproveitado esta paragem das obras para redefinir aquele espaço em frente ao hotel.

Um outro tema que trago aqui tem a ver com o Centro Interpretativo, um projeto muitíssimo bonito e arquitetonicamente irrepreensível mas, para o qual, já se percebeu não haver data de inauguração. Se bem percebi, o senhor presidente da Câmara referiu o valor de 1,8 milhões de euros para dotar o edifício do que seja necessário. Pergunto se esse valor está já orçamentado, qual a equipa técnica responsável por essa parte das exposições e conteúdos e quem terá a seu cargo a responsabilidade de equipar aquele edifício por dentro com a dignidade que ele tem por fora. Refiro-me ao mobiliário e afins, visto que o projeto inicial tinha pensado também no recheio do espaço.

Sr. presidente da Câmara – O largo da Silveira propriamente dito é da jurisdição das Obras Públicas com quem foi possível chegar a um entendimento para um investimento conjunto naquele espaço. O largo encolheu um pouco em cada extremo para permitir um melhor ângulo de passagem dos autocarros e das viaturas pesadas e foi todo reconstituído com um novo arranjo urbanístico. A calçada, que estava desfeita desde há décadas, está toda refeita com o desenho original de 1949, e a iluminação que se encontrava enferrujada foi totalmente restaurada.

Chegou-se também a um acordo com o hotel do Caracol para que não haja mais estacionamento naquela zona visto que foi criado um espaço para dois autocarros um pouco mais atrás imediatamente a seguir ao muro da casa do senhor representante da república. Os

autocarros entram agora pelo lado do bairro de Summerchild, viram para cá, param antes do largo da Silveira e à frente do hotel há apenas espaço para estacionamento de seis viaturas ligeiras. Foi este o acordo com a Secretaria das Obras Públicas e a participação ativa do diretor do hotel. Assim se resolveu o problema para que não haja interferências com o trânsito e se tal acontecer, alerta-se a polícia. Qualquer autocarro que pare ali em frente fica em contravenção e a gente tomará as medidas necessárias visto que foi ali feito um razoável investimento municipal.

O passeio diante do hotel foi encolhido e tem uma configuração diferente para que as viaturas fiquem um pouco mais dentro, permitindo que se passe por detrás sem dificuldades. Daqui em diante, se os autocarros pararem no espaço que lhes está reservado, não haverá nenhuma restrição ao trânsito no largo da Silveira. Como dizia há pouco o senhor deputado João Santos, desta forma tentámos legalizar a coisa, dando ali um jeito diferente para que tudo fique resolvido.

No que respeita ao Centro Interpretativo, tenho estado em contacto com o ateliê do arquiteto Siza Vieira e já nos foi apresentado um conjunto de ideias-base para o equipamento. Foi contratada uma empresa para essa finalidade que está a trabalhar em conjugação com esse ateliê no sentido de nos apresentarem o projeto para os equipamentos.

O Centro Interpretativo vai funcionar de forma quase totalmente desmaterializada sem objetos em exposição estática. Haverá algumas salas de cinema e um conjunto de equipamentos que permitem a projeção de imagens e sons que vão mudando constantemente. Uma sala pode estar a mostrar num dia imagens do sismo de 1980 e no dia seguinte, algo sobre o infante D. Henrique sem que haja um roteiro como acontece num museu. Há um conjunto de conteúdos obrigatórios que estão definidos e constavam já do projeto e assim vamos mostrando coisas diferentes ao longo do tempo.

Sr. vereador Guido Teles – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e restante vereação. Não há muito mais a acrescentar ao que foi aqui dito pelo senhor presidente da Câmara. A empresa tem como designação IVOKE IT com alguma experiência nesta área da preparação de projetos de musealização de centros interpretativos e museus um pouco por todo o país. Possui uma equipa de projeto experiente na área que inclui um historiador e está em permanente articulação com o gabinete do arquiteto Siza Vieira para a instalação dos equipamentos devidamente enquadrados no projeto. A equipa de Siza Vieira está a preparar toda a indicação do mobiliário a adquirir para a parte do auditório e para o espaço de informação turística que abrirá primeiro. Validará também o projeto a apresentar pela empresa IVOKE IT que se comprometeu a entregá-lo até ao final do mês ao gabinete do arquiteto Siza Vieira para validação que, por sua vez, o remeterá à Câmara Municipal.

Sr. d. m. Isabel Berbereia – Senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados, bom dia a todos. Gostaria de agradecer e manifestar o meu agrado por este esclarecimento acerca do Centro Interpretativo.

Durante o período de pandemia foram feitos alguns espetáculos *online*. Gostaria de saber o que está previsto ao nível do calendário cultural dentro da atividade da Câmara e quais os critérios e ponderações para a seleção dos artistas que têm atuado neste espaço.

Vimos que está publicitado em *outdoor* o período de candidaturas ao orçamento participativo. Gostaria de saber de que forma vai decorrer a análise e avaliação das candidaturas submetidas e se há outras ações de mobilização de grupos ou cidadãos em particular para a apresentação desses mesmos projetos.

Ainda não falei com o senhor Salvador nem com o senhor Mário Cardoso acerca desta questão mas, como moradora na zona norte, parece-me existir algum risco de derrocada daquelas

paredes encostadas à estrada na zona entre a Serreta e os Altares antes da curva quando se entra para o Pico Matias Simão. Aquelas paredes são muito altas e suportam terrenos de lavoura, há um peso enorme de águas que se infiltram naquelas terras, percebe-se a enorme pressão sobre as paredes e a estrada é muito estreita. Gostaria de saber a quem compete acautelar a situação e se pode ser feita alguma ação de prevenção.

Tem-se verificado também de vez em quando a queda de algumas pedras na zona entre o fim das casas do Raminho e o miradouro. Sendo da competência das Obras Públicas, gostaria de saber como é feita a articulação com aquela secretaria e de que forma é sinalizada aquela e outras situações de risco em zonas de passagens únicas na estrada regional.

Sr. presidente da Câmara – A responsabilidade pela proteção civil é do município e não tenho nenhuma questão particularmente assinalada. Essa via é da responsabilidade das Obras Públicas com quem teremos que coordenar caso haja a necessidade de alguma intervenção. De qualquer maneira, faremos um levantamento da situação e peço desde já ao senhor presidente da junta de freguesia dos Altares que faça o favor de nos dar conta do que se passa em relação a esse caso.

Sr. vereador Guido Teles – A programação cultural do município tem decorrido com normalidade dentro do possível. No mês de abril levámos a cabo uma série de espetáculos sob a designação de «Angra ao vivo». Começámos com um concerto e depois passámos a dois por cada fim de semana que foram transmitidos *online* visto que, até ao dia 1 de agosto estavam vedados quaisquer concertos ou outros eventos culturais com a presença de público. Logo que nos foi possível, iniciámos a realização de eventos ao ar livre, começando pelo cinema no jardim onde é possível cumprir as recomendações de segurança que estão em vigor. As pessoas entram com bilhetes, há lugares marcados e ficamos com um registo de todos os participantes e dos respetivos lugares que ocupam nessas sessões no caso da necessidade do envio dessas informações à autoridade de saúde. Mais tarde iniciámos os concertos com presença de público aqui no auditório do Centro Cultural e vamos continuar a atividade dentro destas limitações com a lotação máxima de 140 pessoas. Retomámos também as sessões de cinema na sala ao lado no início deste mês com a lotação máxima de 54 pessoas e desinfecções feitas antes e imediatamente após as sessões.

Em resposta à questão colocada sobre o orçamento participativo, posso informar que é possível apresentar propostas durante este mês por via digital através do «MyAngra» como consta do regulamento. Estamos a fazer uma divulgação do orçamento participativo por todos os meios que temos ao dispor através da rádio e do jornal Diário Insular, de *outdoors* e também *online* para atingirmos o máximo de pessoas que pretendam apresentar as suas propostas cujo período de análise técnica decorrerá no mês de outubro.

Apenas serão consideradas elegíveis as propostas que cumpram os requisitos que constam do regulamento que depois serão tornadas públicas para que os seus responsáveis possam fazer a devida campanha durante o mês de novembro. No dia 4 de dezembro será feita a votação pública nas escolas do concelho para as propostas apresentadas na área da juventude e no dia 5 desse mês far-se-á em todas as freguesias a votação pública das propostas referentes à área social e às restantes áreas das competências da Câmara.

Sr. presidente da Câmara – Do ponto de vista da divulgação pública temos feito o que nos é possível e peço aos senhores presidentes de junta que, nas suas freguesias, olhem para os grupos que tenham algum particular interesse e se esforcem no sentido de ajudar os cidadãos a organizarem e apresentarem também as suas propostas.

Este ano o orçamento participativo não terá o fulgor que deveria ter com mais reuniões e apresentações presenciais porque as regras em vigor não o permitem. Vamos ter um orçamento marcado pela pandemia e pelas consequentes restrições e não é sensato andarmos por aí a criar ajuntamentos, razão pela qual isto terá que seguir este caminho. Há um trabalho ao nível das

freguesias que os senhores presidentes de junta poderão organizar conforme entenderem mas peço-lhes por amor de Deus que não façam ajuntamentos nem sessões presenciais porque tudo isso tem um conjunto de complicações associadas. Seria bem melhor que pudéssemos fazer tudo isto com outra vivacidade e outros contactos mas esperemos que as coisas estejam mais fáceis no ano que vem.

Um outro complemento tem a ver com os espetáculos. Isto permitiu que, praticamente todos os artistas que estão na ilha sem qualquer distinção feita aos da Praia da Vitória, pudessem participar neste ciclo com a vantagem de tudo ficar gravado para termos um portfólio que nos permite ver e mostrar às comissões de festas de anos futuros o que existe e está a ser feito. Convido os senhores a consultarem as gravações da VITEC e verão que a transmissão *online* e a gravação destes concertos permitiu a revelação de artistas com mérito que eu próprio não conhecia. Há muito e bom trabalho feito que fica assim à disposição e creio que haverá menos desculpas para que, futuramente, as comissões de festas mandem vir de fora quando têm melhor à porta. A pandemia acabou por trazer um ganho adicional que foi a criação deste catálogo dos nossos artistas que são muito bons. Vejam.

Sr. d. m. Luís Leal (presidente da J. F. das Cinco Ribeiras) – Bom dia senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. Quando o senhor presidente da Câmara falou do asfaltamento de troços entre a Terra Chã e as Doze Ribeiras, passou nas Cinco Ribeiras mas não sei se desceu às canadinhas, Ribeira das Cinco e Ribeira do Mouro.

A Câmara está a levar a cabo em conjunto com a junta de freguesia, o melhoramento das pontes e dos ramais de água às moradias e o empreiteiro está há algum tempo à espera que lá vá um técnico dos Serviços Municipalizados passar os ramais para poder concluir as obras. Sei que o senhor vice-presidente esteve lá e falou com os Serviços Municipalizados mas ainda nada foi feito. Quero dar continuidade às obras mas estou com este problema que já transmiti anteriormente e gostaria de saber o ponto da situação.

Sr. presidente da Câmara – Não foi esquecimento. Não referi as freguesias todas, falei apenas nos dois extremos do problema entre S. Bartolomeu e as Doze Ribeiras porque é a zona que está afetada, mas estão referidas todas as freguesias. Quanto à questão dos ramais, também lá fui com o responsável pelo serviço de águas mas, como o troço vai ser todo intervencionado, não vale a pena fazer grandes coisas. Neste momento é preciso que o empreiteiro deixe as águas para trás e resolva o que tem que resolver porque a empreitada seguinte implica a colocação de uma rede de águas completamente nova, incluindo todos os ramais. Pensei que o assunto tinha sido devidamente comunicado mas vamos resolver.

Sr. d. m. João Santos – Há pouco, ao tecer elogios ao trabalho da Câmara, esqueci-me de mencionar muitas outras obras por todo o concelho dignas de registo. Destaco uma que parece um pouco insignificante mas é um recanto delicioso. Foram demolidas umas casas ali em frente ao Amaral antes do forte em S. Mateus e só não repara naquilo quem não para ali dois minutos. Quem se sentar a olhar para o mar não esquecerá a intervenção que ali foi feita.

Uma outra intervenção merecedora de destaque foi a recuperação do Negrito, uma obra extremamente complicada pela sua complexidade técnica e pela altura em que foi levada a cabo. Penso que a Câmara fez ali um trabalho extraordinário sob grande pressão da opinião pública, conseguindo um resultado muito satisfatório.

Tal como o senhor presidente da Câmara, gosto muito do calhau e substituo as zonas balneares pelas zonas de banho, se possível, pelo calhau selvagem. Nuns banhos ao fim de tarde ali na zona do terreiro em S. Mateus, é frequente as pessoas comentarem a presença de engenheiros, técnicos e topógrafos. Será que se trata de uma obra particular, de alguma intervenção da Câmara nalguma zona de banhos que o senhor presidente referiu ou é mais uma das muitas

obras que a Câmara tem feito na valorização da orla costeira do concelho? Gostaria que nos elucidasse a esse respeito, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara – A última vez que olhei para isso na semana passada, tínhamos 62 intervenções em curso em todas as freguesias desde um pequeno arranjo em calçadas até outros trabalhos maiores. Esta intervenção do terreiro é uma obra da Câmara que está a ser projetada com financiamento obtido na sequência da passagem do furacão Lorenzo. Acontece que, por pouco não houve ali uma tragédia porque o mar galgou aquela ponta em frente, foi descendo pela rua e havia embarcações estacionadas lá em baixo. Mais um bocadinho e poderia ter acontecido o chamado efeito dominó com as embarcações a caírem umas sobre as outras. Correu-se ali um gravíssimo risco e houve problemas muito sérios.

A maior preocupação foi o que aconteceu naquela zona por detrás do Biscoitinho. Existe uma espécie de largo para parquear embarcações durante o mau tempo que é separado do mar por um murete com rochas por ali abaixo. O mar galgou aquilo e criou-se uma espécie de rio pelo asfalto abaixo, desembocando por debaixo das embarcações e por pouco não as fez sair dos calços.

Em resultado deste acontecimento, obteve-se um financiamento do Governo Regional de cerca de 600 mil euros e a Câmara aplicará um bocadinho mais para darmos continuidade ao enrocamento que vem desde a Igreja Velha e termina no terreiro, fazendo-o dar a volta. Será construído um muro em cima dessa espécie de largo e um acesso pedonal que vai sair do terreiro por aquela costa fora até lá acima, o que permite criar uma zona tipo Fanal.

Nesta altura já se pode vir desde o Negrito porque se fez, em colaboração com a junta de freguesia, uma zona pedonal que liga a Pousada da Juventude à Igreja Velha. Depois circula-se por um passeio largo que foi construído pela Secretaria do Ambiente, passa diante do restaurante e vem até ao terreiro. Esse passeio vai continuar dando a volta sobre o mar até lá acima e permite ligar ao passeio pedonal que já existe no porto encostado ao paredão da estrada. Quem pretenda deixar o carro no Negrito pode vir até ali a pé e voltar sempre por uma zona pedonal com boa visibilidade e uma excelente relação com o mar. É isto que está a ser projetado e o concurso está a ser lançado neste momento. Esperemos que haja obra na próxima primavera logo que passe este inverno e criam-se assim mais duas zonas de banhos.

Sr. d. m. Délio Borges – Há pouco, numa troca de galhardetes com o deputado João Santos, o senhor presidente da Câmara utilizou e bem a expressão «o seu a seu dono». Já que aqui falámos da obra do mercado, é importante referir também que a proposta proveio da vereação do PSD, portanto, o seu a seu dono. Acho que fica bem fazer-se essa referência nesta Assembleia.

Sr. presidente da Câmara – Sem dúvida. Na inauguração, se eu lá estiver...

Sr. d. m. Délio Borges – O seu a seu dono. Muito bem. Há pouco, quando a senhora deputada Isabel Berbereia questionava acerca dos critérios para a política cultural da Câmara Municipal de Angra e da marcação de espetáculos aqui neste espaço, penso que a resposta não foi totalmente dada e o que se pretendia era saber porque é que foi convidado um suposto artista chamado Ivo Silva. Deixo esta questão para reflexão.

Sr. presidente da Câmara – O critério usado - que foi o melhor, dadas as circunstâncias - foi o da globalidade. Tentou-se falar com todos os artistas que existem nesta ilha para que pudessem aqui atuar, ficando gravados nesse repertório à disposição de todos. O Ivo Silva é um artista que tem o seu público, tem também o direito de aparecer e ainda bem que apareceu. Eu gosto e confesso-me admirador.

Sra. d. m. Brites Cunha – Depois desta confissão surpreendente, fiquei muito mais bem-disposta. Há bocado pedi a palavra para fazer o seguinte comentário face à resposta que me foi dada relativamente ao Centro Interpretativo. Se, por um lado, louvo essa proximidade e

articulação com o ateliê de arquitetura de Siza Vieira, mantendo o que inicialmente estava projetado para aquele espaço numa mais-valia para todos, por outro não concordo que se entregue a missão de conteúdos históricos a uma empresa de fora, excluindo historiadores de imensa qualidade desta terra. Se há gente de cá envolvida, gostaria que nos dissesse de quem se trata.

Já que o senhor presidente da Assembleia me concedeu a palavra para uma segunda ronda de intervenções, vou fazer um pedido ao senhor presidente da Câmara por via de uma situação que me aconteceu há cerca de quinze dias. Por favor, mande aparar os arbustos daquela pequena rotunda entre a Rua Jacinto Cândido e a Avenida Infante D. Henrique. Como paro por ali o carro para vir trabalhar, há dias estive quase a ser atropelada talvez devido ao meu tamanho porque, quem vinha do outro lado não me viu por causa das árvores, travou a fundo e parou quase em cima de mim. Penso que não custa nada aparar aqueles arbustos para garantir a integridade física dos transeuntes do nosso concelho.

Sr. presidente da Mesa – A senhora deputada tem as medidas certas; a verdade é que aquela rotunda não é má, é péssima.

Sr. presidente da Câmara – Havemos de resolver isso e não haverá qualquer dificuldade em aparar os arbustos. Quanto ao Centro Interpretativo, está-se a falar ainda de equipamento eletrónico e outro que permita mostrar os conteúdos de forma virtual, ou seja, é possível contar histórias das mais diversas maneiras naquele espaço por pessoas de cá ou que conheçam a terra, mas não é o que está em causa neste momento. De acordo com o que constava do projeto inicial, cada sala terá um destino relativamente específico e é preciso pôr histórias lá dentro. O que está neste momento a ser discutido são ecrãs, projetores, tecnologias 3D, etc., equipamento que pode ser usado para contar as mais variadas histórias. Utilizando a linguagem dos computadores, estamos na fase do *hardware* e ainda não chegámos ao *software*.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Quando levantei a questão acerca da atividade cultural, fiz a pergunta exatamente como queria, ou seja, quais seriam os critérios de ponderação para a definição e convite. Não falei em nomes, não pedi preferências nem me pronunciei sobre as minhas.

Visto que é a primeira vez que o orçamento participativo é lançado, deixo uma sugestão percebendo que tudo estará ainda em avaliação. Uma vez que, uma parte do orçamento será votada nas escolas e, segundo percebi, o período de candidaturas seria até 4 de outubro, provavelmente este calendário terá que ser revisto porque as escolas estão cheias de preocupações para entrarem no ano letivo e não haverá ainda associações de estudantes eleitas.

Sr. presidente da Câmara – Quanto à sua primeira questão, deliberámos que vamos convidar todos os artistas inscritos com atividade artística na ilha Terceira.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Eu fiquei esclarecidíssima. Apenas voltei a referir o assunto porque fizeram uso da minha pergunta para outra pergunta.

Sr. presidente da Câmara – O orçamento participativo neste ano esteve condicionado pela pandemia mas também pelas eleições regionais, ou seja, não vamos pôr mais votações e debates de orçamentos em cima da campanha eleitoral. Temos aqui um período de apresentação de candidaturas e depois há uma espécie de hiato até dezembro devido às eleições regionais. O orçamento participativo tem os seus calendários condicionados neste e no próximo ano pela existência de atos eleitorais visto que, no ano que vem, haverá eleições municipais. O orçamento participativo é isso mesmo, um exercício de cidadania que pode ser feito das mais diversas formas. Há de se ir aprendendo e melhorando mas este ano será fraquinho porque temos duas condicionantes que são umas eleições e uma pandemia.

Sr. d. m. Luís Leal (presidente da J. F. das Cinco Ribeiras) – O senhor presidente da Câmara chamou-me ali à parte mas o que me disse não é segredo. Acontece que a junta de freguesia

tem uma obra financiada pela Câmara que, para ser concluída, depende dos ramais de água de acesso às moradias. O objetivo inicial que foi falado com o senhor presidente seria a conclusão dessas obras com a substituição da rede pública de água para se poder avançar com o asfaltamento. Para continuar a minha obra preciso que seja dado este passo, caso contrário, depois terão que rasgar novamente a ponte para colocarem lá os ramais. Será uma questão a articular e talvez cheguemos a alguma conclusão.

Sr. presidente da Câmara – Depois de uma visita com o responsável técnico pelas águas, tínhamos pensado deixar um tubo maior numa das pontas para se enfiar o outro tubo por dentro mas os ângulos não são os melhores e as condutas de água podem ser adossadas por debaixo ou ao lado da ponte. Chegámos à conclusão que temos que dar por terminadas as pontes porque a rede de águas vai implicar novos ramais, até porque o material existente já não está a ser usado e é necessária a sua substituição integral incluindo os das casas, mesmo as que não têm pontes. Foi isto que resultou da visita do engenheiro André Nogueira à obra e assim o assunto será resolvido de uma vez.

Findas as intervenções, a Atividade Municipal foi considerada apreciada.

Sr. presidente da Câmara – Peço ao senhor presidente da Mesa que consideremos para discussão conjunta os pontos 1.2, 1.3 e 1.4. Encerrada a atividade enquanto fundo autónomo dos Serviços Municipalizados e feita a sua internalização, há que apresentar a conta final de encerramento o que corresponde ao ponto 1.2. Isto traduz-se em cerca de 19 milhões de euros de ativos que transitam para a Câmara, cujo património líquido são 17 milhões de euros e a diferença tem a ver com o ponto 1.4. As despesas, os rendimentos do exercício e o respetivo saldo transitam para a Câmara. Assim, é necessário fazer a revisão do orçamento do município de forma a integrar estes valores dos extintos Serviços Municipalizados e o ponto 1.3 corresponde a esta integração.

Quanto ao ponto 1.4, acontece que os ativos não estavam reconhecidos nos SMAH da mesma forma que na Câmara e há que compatibilizar as duas coisas com uma complicação adicional. Isto teve que ser feito com uma nova estrutura contabilística, o chamado SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas) que substituiu o anterior POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais). O SNC-AP tem regras diferentes sobre prazos e formas de reconhecer e foi preciso compatibilizar as duas coisas.

1.2 – Documentos de prestação de contas de encerramento dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo referentes à gerência de 1/1/2020 a 30/06/2020. Para apreciação e votação do órgão deliberativo em conformidade com o estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os quais apresentam os seguintes resultados:

Balanco:

- Total do ativo: 19 048 260,47 € (dezanove milhões, quarenta e oito mil, duzentos e sessenta euros e quarenta e sete cêntimos).
- Total do património líquido: 17 085 468,92 € (dezassete milhões, oitenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito euros e noventa e dois cêntimos).
- Total do passivo: 1 962 791,55 € (um milhão, novecentos e sessenta e dois mil, setecentos e noventa e um euros e cinquenta e cinco cêntimos).

Demonstração dos Resultados do Exercício:

- Gastos: 2 460 191,55 € (dois milhões, quatrocentos e sessenta mil, cento e noventa e um euros e cinquenta e cinco cêntimos).
- Rendimentos: 3 232 837,79 € (três milhões, duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e trinta e sete euros e setenta e nove cêntimos).

- Resultado líquido do período: 772 646,24 € (setecentos e setenta e dois mil, seiscentos e quarenta e seis euros e vinte e quatro cêntimos).

Demonstração dos fluxos de caixa:

- Saldo da gerência anterior: 2 298 183,96 € (dois milhões, duzentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e três euros e noventa e seis cêntimos).
- Recebimentos: 3 803 815,49 € (tês milhões, oitocentos e três mil, oitocentos e quinze euros e quarenta e nove cêntimos).
- Pagamentos: 2 971 961,40 € (dois milhões, novecentos e setenta e um mil, novecentos e sessenta e um euros e quarenta cêntimos).
- Saldo para a gerência seguinte: 3 130 038,05 € (três milhões, cento e trinta mil, trinta e oito euros e cinco cêntimos).
- Execução orçamental: 3 080 298,73 € (três milhões, oitenta mil, duzentos e noventa e oito euros e setenta e três cêntimos).
- Operações de tesouraria: 49 739,32 € (quarenta e nove mil, setecentos e trinta e nove euros e trinta e dois cêntimos).

Atendendo ao processo de internalização, não foi apresentada uma proposta de aplicação dos resultados.

Os Documentos de prestação de contas foram organizados de acordo com o SNC-AP e com as instruções do Tribunal de Contas que constam da Resolução n.º 3/2019 de 23 de janeiro. Ser-lhe-ão remetidos nos termos do n.º 5 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto, na redação da Lei n.º 20/2015 de 9 de março.

Os documentos constantes do Ponto 1.2 foram apreciados e votados por maioria com 27 votos a favor (22 do PS, 4 do PSD e 1 da d. m. independente) e 7 abstenções (6 do PSD e 1 do CDS-PP).

1.3 – Quarta revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município para o ano de 2020. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

A Quarta revisão ao Orçamento e GOP's do município para o ano de 2020 constante do Ponto 1.3 foi aprovada por maioria com 27 votos a favor (22 do PS, 4 do PSD e 1 da d. m. independente) e 7 abstenções (6 do PSD e 1 do CDS-PP).

1.4 – Abate por desreconhecimento de ativos de diversos bens com efeitos a 1 de janeiro de 2020. Para ratificação do órgão deliberativo nos termos da alínea i), n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal ratificou o ato do órgão executivo por maioria com 27 votos a favor (22 do PS, 4 do PSD e 1 da d. m. independente) e 7 abstenções (6 do PSD e 1 do CDS-PP).

1.5 – Classificação como tradicional, da tourada à corda do Caminho da Vila na freguesia da vila do Porto Judeu no decurso do mês de julho de cada ano. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 45.º, n.º 1, do Regime Jurídico de Atividades Sujeitas a Licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A de 5 de agosto, na versão atual dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2018/A de 11 de maio.

Sra. d. m. Honória Leandro (presidente da J. F. do Porto Judeu) – Exmo. senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas, bom dia a todos.

Todas as freguesias da ilha têm as suas festas de verão. No caso do Porto Judeu, havia várias pequenas festas todas as semanas e todos sabemos que acabam sempre com uma tourada à corda. Há cerca de 20 anos, o executivo da junta de freguesia de então fez um inquérito a toda a freguesia no sentido de se acabar com essas pequenas festas porque havia peditórios todas as semanas e era difícil angariar verbas para tantas festas que cada vez se tornavam mais difíceis de realizar. Deste inquérito resultou a festa única do Porto Judeu e acabaram-se essas pequenas festas com touradas em praticamente todas as ruas. Como os peditórios ficaram proibidos, um grupo de rapazes, hoje já homens, desenvolveu várias ações com vista à angariação de fundos para oferecerem mais uma tourada à festa. Passados vários anos, esse grupo continua a organizar essa tourada que é oferecida e incluída na festa anual do Porto Judeu, por isso se pede que a mesma passe a ser considerada «tourada tradicional».

Dando agora resposta ao senhor deputado João Santos, que há pouco falou nos presidentes de junta, gostaria de lhe dizer que não me incluo no que disse. Como presidente da junta de freguesia do Porto Judeu, quando precisar de falar com o senhor presidente da Câmara ou até com o senhor vice-presidente, mesmo que seja para fazer uma crítica, sei que lhes posso ligar a qualquer hora mesmo aos fins de semana e ligam-me de volta caso não me possam atender.

Sra. d. m. Brites Cunha – Atendendo aos benefícios decorrentes da classificação de uma tourada à corda como tradicional e tratando-se do nosso património cultural mais vincado e por nós mais apreciado, o grupo municipal do CDS-PP estará sempre disponível para aprovar todos os pedidos desde que reúnam os requisitos, como parece ser o caso.

A proposta constante de Ponto 1.5 foi aprovada por unanimidade.

1.6 – Cedência à “ILAÇOR - Indústria de Laticínios dos Açores”, a título gratuito por 50 anos, do direito de superfície do Lote Cinco com 50 000 m² localizado na Canada do Poejo, freguesia da Ribeirinha, tendo em vista a construção de uma unidade fabril de laticínios sobre solo municipal. Para ratificação do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara – Foi preciso proceder a duas extensões do parque industrial com a infraestruturação ao longo da parede do aterro e a criação de catorze lotes numa área que antes estava ocupada com lixo e foi limpa. Foi também criado um conjunto de lotes numa outra zona que se estende desde o extremo sul da vedação do aterro, prolongando-se por aquele biscoito abaixo com cerca de 1,8 km². Ao abrigo do Regulamento Municipal de Incentivos, foi cedido a uma nova empresa o direito de superfície de um desses lotes com 50 000 m², ou seja, 5 hectares, para a construção de uma fábrica de laticínios. Como o valor do lote ultrapassa a competência da Câmara, o que se está aqui a pedir é a ratificação da Assembleia para a sua cedência. Se a fábrica não obtiver sucesso, aquele terreno reverte para a posse do município.

A Canada do Poejo é o caminho que vem da Ribeirinha para cima até ao aterro sanitário. Geograficamente falando, trata-se do terreno cuja maior parte fica pegada à vedação do lado sul do aterro. O terreno é muito grande e abrange o limite das freguesias da Ribeirinha e do Porto Judeu.

Sra. d. m. Brites Cunha – Devo fazer um elogio à Câmara Municipal por esta cedência. Atendendo à dimensão do prédio, calculo que pudesse envolver o encaixe de uma verba avultada, o que não acontecerá desta forma. É uma boa iniciativa que ratificaremos com muito gosto, tendo em conta a situação do monopólio da fábrica até então em funcionamento e esperando que esta nova unidade fabril venha a dar um importante contributo para a economia da nossa ilha.

A Assembleia Municipal ratificou por unanimidade o ato do órgão executivo constante do Ponto 1.6.

1.7 – Pedido da “Raguim – Administração de Imóveis, Lda.”, relativo à isenção de taxas e pedido de reembolso referente ao empreendimento turístico sito à avenida Infante D. Henrique, freguesia da Conceição, aprovado no âmbito do Aviso n.º Açores-54-2015-06 - Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial - Desenvolvimento Local e Fomento da Base Económica de Exportação do Programa Operacional 2020. Para ratificação da deliberação da Câmara Municipal de 27/03/2020 que autorizou a isenção das taxas e respetivo reembolso no valor de 29 113,14€ (vinte e nove mil, cento e treze euros e catorze cêntimos) nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Taxas em conjugação com o n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro.

Sr. presidente da Câmara – É um pedido relacionado com o hotel que está em construção imediatamente abaixo da EDA ali ao pé do jornal Diário Insular. Como o promotor tinha necessidade de iniciar a obra, fê-lo antes de obter a declaração PIR (Projeto de Interesse Regional), o que o obrigou ao pagamento das taxas respetivas porque na altura não tinha direito à isenção, que obteve depois de ter pago. Por lapso, o regulamento que foi aprovado por esta Assembleia não prevê devoluções porque, na altura, ninguém pensou que tal aconteceria. Assim e para que o processo decorra com toda a segurança jurídica, estamos aqui a pedir que a Assembleia autorize a devolução do dinheiro que a Câmara efetivamente recebeu.

O regulamento terá que ser alterado numa próxima oportunidade para prever a possibilidade de devolução caso estas situações voltem a acontecer. Dadas as questões burocráticas e de tramitação, sempre que o promotor tiver pressa de iniciar a obra, dificilmente terá reunidas todas as condições para obter a isenção, o que só acontecerá depois de ter pago. Neste caso é justo e razoável que seja ressarcido do pagamento que fez.

A Assembleia Municipal ratificou por unanimidade o Pedido constante do Ponto 1.7.

1.8 – Ofício da “Santos Vaz, trigo de Morais & Associados” remetendo o relatório do Revisor Oficial de Contas do município que conclui o trabalho efetuado sobre os documentos de prestação de contas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2018. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Este relatório não costuma existir, remonta a 2018 e tem a ver com a mudança de auditor nas contas. Foi presente a esta Assembleia uma reserva referente à valorização do património que se traduz naquilo que hoje aqui fizemos com o reconhecimento e desreconhecimento de património, ou seja, o acerto que é preciso fazer-se. Uma parte da questão ficou resolvida hoje com o Ponto 1.4 mas a mesma operação terá que ser feita sobre o património global da Câmara. Isto significa que teremos que rever os valores do património que foram atribuídos ao longo do tempo e não são consistentes, para não acabarmos por somar alhos com cebolas e a conta tenha o significado que deve ter.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do ofício constante do Ponto 1.8.

1.9 – Proposta de Voto de Congratulação a Flávio Cristóvam pelo prémio “International Portuguese Music Awards” aprovada em reunião camarária de 7-08-2020. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. vereador Guido Teles – Este voto serve para reconhecer o mérito e congratular o artista Flávio Cristóvam pelos dois prémios que venceu no âmbito dos Prémios Internacionais da

Música Portuguesa, no caso, a melhor performance pop e a canção do ano, o single «Burning memories».

Sr. d. m. Délio Borges – Vamos associar-nos a este voto e, mais uma vez, marcar a diferença. Isto sim, é um artista que merece o nosso reconhecimento. Isto sim, é um artista com mérito.

Terminadas as intervenções e após votação por escrutínio secreto, o Voto de Congratulação constante do Ponto 1.9 foi aprovado por unanimidade.

A senhora deputada municipal Carla Alexandra Cardoso Monteiro, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 12h50m do dia 11 de setembro de 2020, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

A 1ª Secretária

Carla Alexandra Cardoso Monteiro